



São Paulo, 09 de setembro de 2001.

1

Ilmo Sr. Promotor de Justiça
Dr. Jairo Edward de Luca

Em resposta ao ofício encaminhado em 31 de agosto do corrente, o qual solicita o envio de informações técnicas sobre as conseqüências da decisão judicial de fechamento da Estrada do Montanhão, em particular sobre os impactos do ponto de vista ambiental e social decorrentes desta decisão, vimos pela presente encaminhar as seguintes considerações técnicas que se fazem necessário.

Inicialmente cabe esclarecer que o presente relatório técnico encontra-se dividido nas seguintes partes:

1. Descrição dos impactos culturais decorrentes do fechamento da Estrada do Montanhão.
2. Descrição dos impactos sociais decorrentes do fechamento da Estrada do Montanhão.
3. Descrição dos impactos ambientais decorrentes do fechamento da Estrada do Montanhão.
4. Conclusão e recomendações

1. DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS CULTURAIS DECORRENTES DO FECHAMENTO DA ESTRADA DO MONTANHÃO:

1.1 – Fechamento de uma via de ligação e comunicação secular

O fechamento da Estrada do Montanhão, em seus trechos no interior do Parque do Pedroso (menos de 2 km de extensão), representará impacto significativo correspondendo a uma ruptura de uma unidade histórico-cultural.

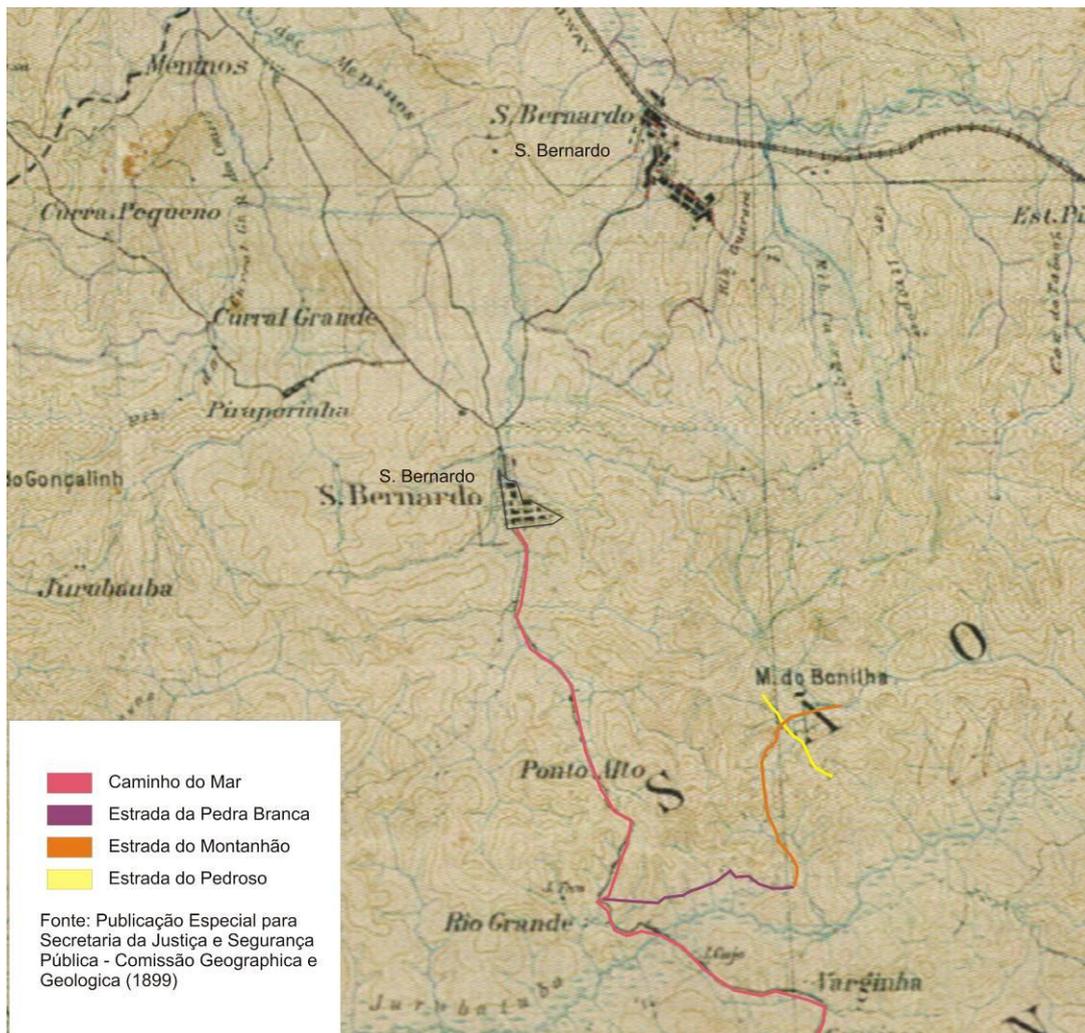
A cartografia histórica nos permite dizer que a Estrada do Montanhão tem mais de um século de existência estando relacionada à viabilização dos fluxos de comunicação e circulação entre as colônias do antigo Núcleo Colonial de São Bernardo do Campo.

A reconstituição de seu traçado original por meio dessa cartografia nos permite dizer que ela fazia a ligação entre a sede do Núcleo e as colônias situadas mais ao norte (Linha São Bernardo Novo) com as colônias mais ao sul, próximas ao Rio Grande (Linha Dutra Rodrigues).

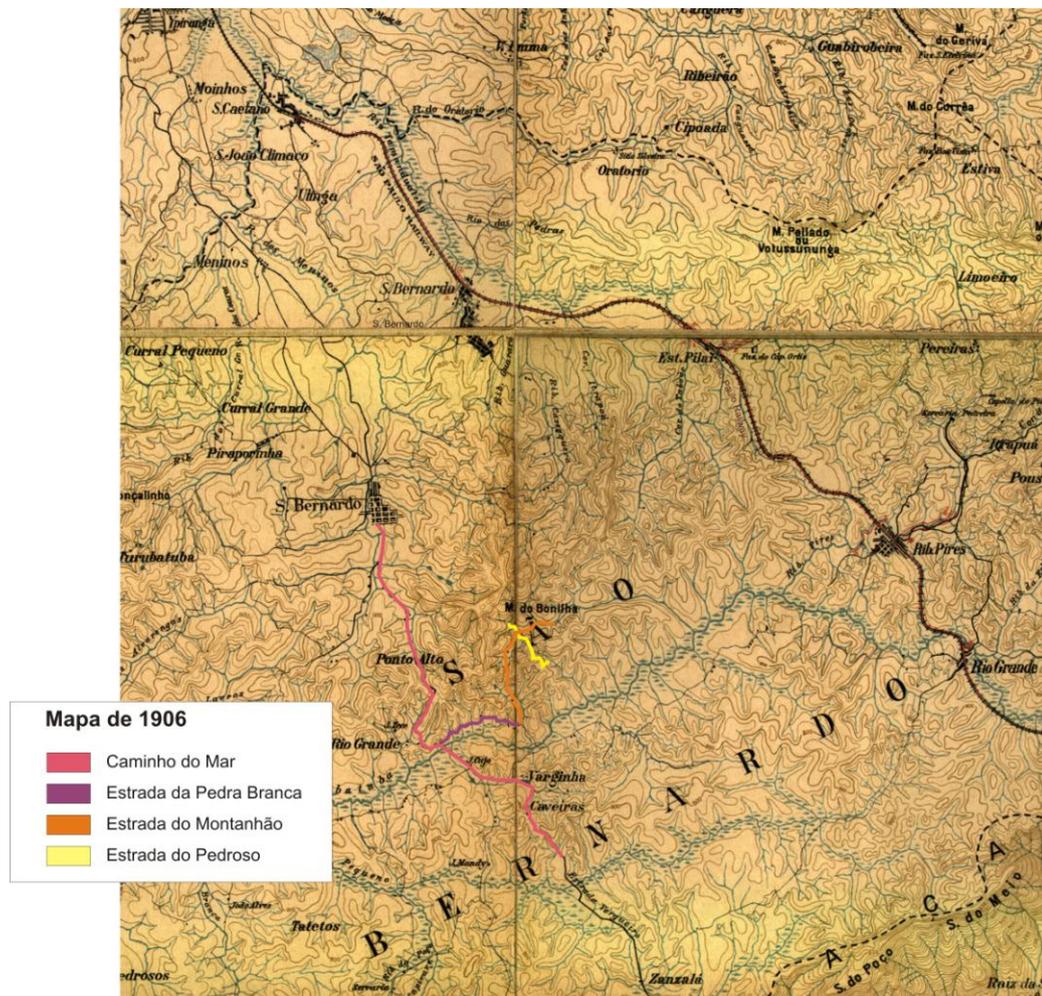
Esta estrada correspondia a uma mesma via de ligação que originariamente partia do antigo Caminho do Mar e ligava-se com as colônias do núcleo situadas mais a sudeste. Pelos mapas vê-se que, partindo do Caminho do Mar, ela seguia acompanhando a baixa

encosta dos morros que hoje margeiam a Represa; sendo nestes trechos chamada hoje de Estrada da Pedra Branca. Em determinado ponto esta via defletia em direção norte, passando entre morros e pelos divisores de bacia e depois defletindo rumo nordeste acompanhando o Córrego do Pedroso, em sua várzea, para mais adiante juntar-se com outra via, a Estrada do Pedroso. A estrada do Pedroso, por sua vez, percorria trechos do antigo município de São Bernardo defletindo-se para leste.

Desta forma, importante conclusão se tira: a de que ambas as estradas (Pedra Branca, Montanhão e Pedroso) já existiam no ano de 1899 e faziam parte de um mesmo eixo de ligação que, partindo do Caminho do Mar, chegavam até as colônias situadas mais a sudeste do Núcleo Colonial.

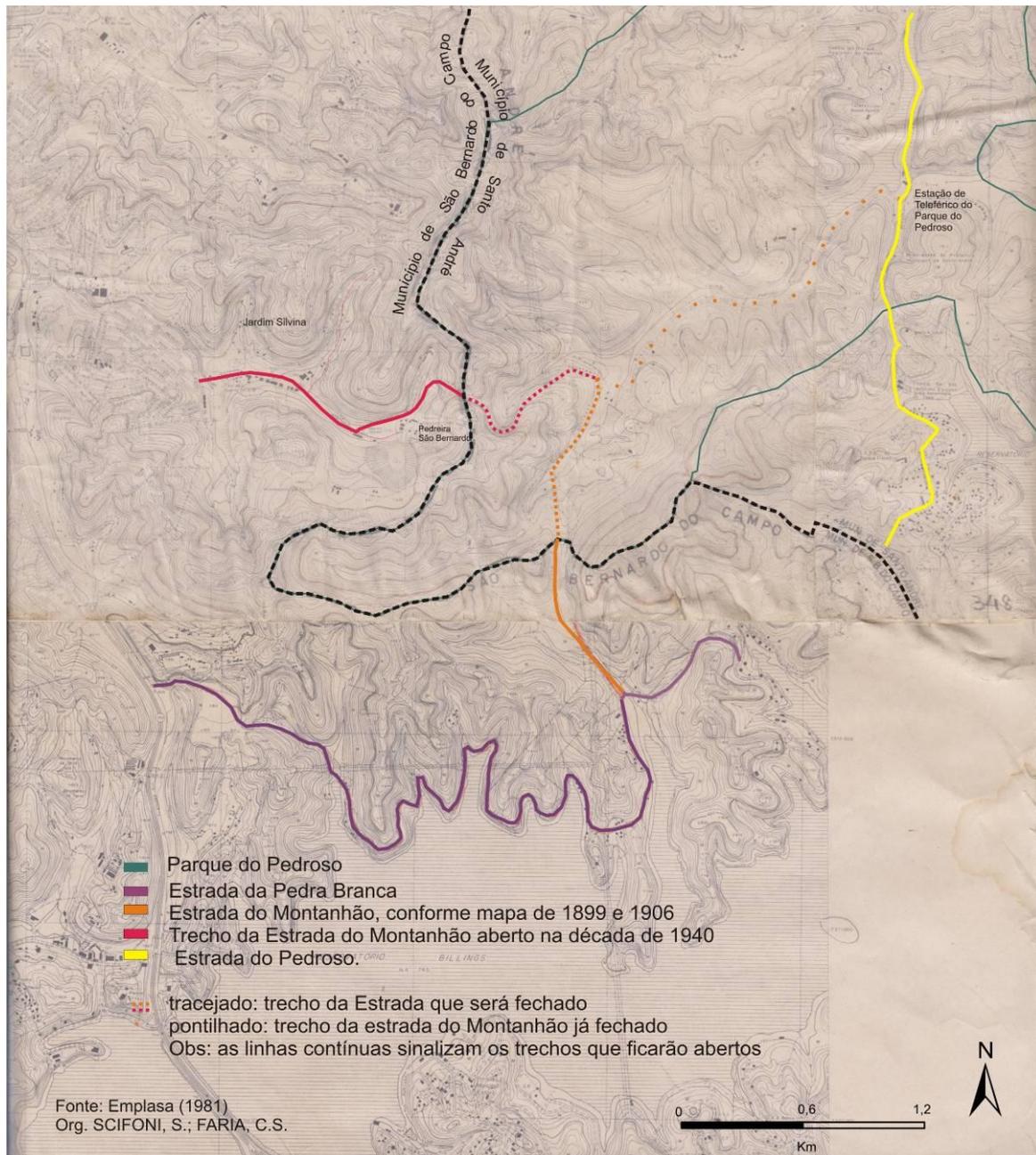


Mapa do Levantamento Topográfico, original em escala 1:100.000, Folha do Município de São Paulo, publicada em 1899. Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico, “Viagem pela Cartografia do Território Paulista, 2010.



Mapa digitalizado e ampliado onde se vê que o traçado da estrada de forma semelhante ao mapa anterior.
 Fornecido por Ademir Médici, autor de extensa bibliografia sobre a história da região do ABC.

A seguir, para efeito de comparação entre o traçado da Estrada do Montanhão na cartografia histórica e o seu traçado hoje, incluímos o mapa de 1981, onde podemos ver claramente que este papel histórico da Estrada do Montanhão como eixo de ligação e comunicação que viabilizou o funcionamento do Núcleo Colonial de São Bernardo, podendo-se classificá-la como uma estrada colonial, portanto uma estrada de mais de um século de implantação.



Mapa da Emplasa, levantamento planialtimétrico, ano de 1981. Escala original 1:25.000.

É importante destacar que os colonos do antigo Núcleo Colonial de São Bernardo que se estabeleceram nessa região conhecida como Montanhão eram majoritariamente italianos. Das matas existentes originariamente retiravam madeiras nobres que eram vendidas para as serrarias e fábricas de móveis. Esta atividade foi tão comum e tradicional que tornou São Bernardo do Campo conhecida como a “capital dos móveis”. Os colonos retiravam, também, madeira para o fabrico do carvão, outra atividade igualmente tradicional desde a instalação do Núcleo em 1877. Em sua função de subúrbio rural, São Bernardo forneceu

carvão que era utilizado como fonte de energia para o crescimento da cidade de São Paulo, atividade que significou interferências constantes na mata atlântica existente.

Segundo a bibliografia histórica sobre o município, várias famílias de colonos italianos dedicaram-se a extração de madeiras e fabrico do carvão na região conhecida como Montanhão, entre eles, os Baraldi, os Canever, os Bonini. De acordo com o livro “Famílias Ilustres e Tradicionais de São Bernardo do Campo” (vol.2), Henrique Canever chegou ao Brasil em 1892 e foi morar em São Bernardo do Campo dedicando durante sua vida a atividade de lenhador e carvoeiro. Com esforço adquiriu uma carroça para fazer o transporte do carvão saindo do Montanhão rumo a São Paulo.

A estrada constituiu-se, assim, na única via de circulação que possibilitou a permanência e vida dos colonos nesta região longínqua, distante da vila e sede do Núcleo Colonial. Por ela passavam as carroças dos carvoeiros. Como desdobramento desta atividade tão tradicional e formadora da identidade do município temos, até hoje realizada, anualmente, uma celebração na cidade chamada Procissão dos Carroceiros, importante patrimônio imaterial relacionado a essa atividade rural pretérita¹.

Não se trata desta forma, de uma estrada clandestina ou recentemente implantada, mas de um importante e tradicional eixo de circulação e comunicação na zona sul do município e que ligava locais que eram um só território: o município de São Bernardo, criado em 1899. Locais afastados da pequena área urbana e que tinham na estrada sua única ligação.

No entanto, uma pequena parte dessa via, cerca de 500 metros, trecho em que a estrada deflete para o oeste e liga-se com os bairros do Jardim Silvina e Parque Seleta, tem sua implantação em data mais recente. A abertura deste trecho tem relação com a instalação da Pedreira Montanhão, nos anos 1940, a qual segundo informações de Ademir Médici, forneceu brita para a construção da Rodovia Anchieta. Como o transporte da brita pela estrada original do Montanhão significaria percurso maior, com a abertura deste trecho em direção ao atual Jardim Silvina, tornou-se mais viável o escoamento de pedra para a construção da rodovia. Reforça o fato de, ao longo deste trecho de estrada, junto ao Jardim Silvina existir outra Pedreira (atualmente área ocupada pelo bota-fora do Rodoanel).

Mesmo no caso deste pequeno trecho da estrada ser de data mais recente, anos 1940, trata-se de uma via de ligação e escoamento de produtos de exploração rural, muito anterior a criação do Parque do Pedroso. O Parque do Pedroso foi criado por meio de vários decretos de desapropriação de terrenos, a sua maior parte no ano de 1973, gestão de Antonio Pezzolo.

Esta estrada corresponde, assim, a uma importante via de ligação que garantiu a unidade, a posse e ocupação de um território que à época era um só². O fechamento

¹ A Procissão dos Carroceiros é uma festa tradicional em devoção a Nossa Senhora da Boa Viagem, padroeira da paróquia desse lugar que se formou como ponto de passagem. Tradicionalmente começava com um desfile de um grande número de carroças, que acabou dando nome a celebração. As carroças enfeitadas para a procissão eram dirigidas pelos colonos que prosperaram com as olarias, o carvão e a agricultura. (Fonte: Atílio Pessoti em “A Vila de São Bernardo”. PMSB, 2007)

² Cronologia: Nos séculos XVI e XVII a região era conhecida como Bairro da Borda do Campo. No século XVIII transformou-se em Bairro de São Bernardo. Em 1812 foi criada a Freguesia de São Bernardo que

desta estrada, em trechos no interior do Parque que fazem parte de Santo André (correspondendo a menos de 2 km de extensão), significará a mutilação desta estrada como **via de comunicação secular deste território, impedindo a ligação entre Santo André e São Bernardo e de dois trechos do município de São Bernardo. Assim, o fechamento criará uma ruptura dentro de uma área que constitui-se em uma unidade histórico-cultural.**

Em uma região que desde a década de 1990 vem buscando um esforço conjunto de ações em prol da resolução de problemas regionais, um laboratório de uma “nova regionalidade”, conforme discutiu KLINK (2001)³, procurando resgatar a história de um território único e de uma herança e origem coletiva, nos parece um dissenso apostar em uma ação individual, que ignora essa história única.

Dissenso e incoerência, também, pois a Estrada do Montanhão, juntamente com a Estrada do Pedroso, são do mesmo momento histórico e fazem parte da mesma via de ligação entre o Caminho do Mar e as colônias. Ambas cortam áreas no interior do Parque do Pedroso, estando desta forma, na mesma situação.

Pergunta-se, assim: porque fechar uma dessas vias (a Estrada do Montanhão) e deixar a outra aberta (a Estrada do Pedroso)? Porque uma estrada causa danos ambientais ao Parque do Pedroso e a outra não? Tais perguntas se fazem presentes diante do fato de que:

- a) Ambas as estradas estão dentro do Parque do Pedroso;
- b) Igualmente ambas fazem a ligação entre os centros das cidades e os bairros periféricos;
- c) Ambas são do mesmo período histórico e fazem parte do mesmo eixo de ligação entre o Caminho do Mar-Colônias;
- d) Ambas cortam rios e córregos que abastecem o sistema público de água. A Estrada do Montanhão corta o córrego que abastece o sistema Guarará, atendendo a 6% da população de Santo André. Já a Estrada do Pedroso corta rios que abastecem o braço da Represa Billings, onde a Sapesp capta água para o restante de Santo André e São Bernardo.

A única diferença hoje entre as duas vias é que a Estrada do Pedroso é asfaltada e a Estrada do Montanhão não. Ambas representam ligação entre diferentes bairros das cidades. Parece-nos posição confortável para a Prefeitura de Santo André fechar uma estrada inviabilizando a circulação para os moradores de São Bernardo e ao mesmo tempo mantendo aberta a Estrada do Pedroso, garantindo a ligação para os moradores dos bairros de Santo André.

incluía em seu território toda a atual área conhecida como Grande ABC. Em 1877 foi criado o Núcleo Colonial de São Bernardo. Em 1890 a Freguesia foi transformada em Município de São Bernardo.

³ Criação do Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings, do Fórum da Cidadania do Grande ABC, Da Câmara Regional do Grande ABC, da Agencia Regional de Desenvolvimento Econômico.



Estrada do Pedroso e favela Toledana, dentro do Parque do Pedroso.



Estrada do Montanhão: ambas com trechos dentro do Parque do Pedroso.

1.2 – Restrição a práticas culturais de tradição afro-brasileira (danos ao patrimônio imaterial)

O fechamento da Estrada do Montanhão, em seus trechos no interior do Parque do Pedroso (menos de 2 km de extensão), trará impactos significativos ao chamado patrimônio imaterial, representado aqui pelas práticas religiosas de tradição afro-brasileira que se realizam, há cerca de 40 anos, em um vale cortado pela estrada. Neste lugar funciona o

Santuário Nacional de Umbanda, mantido pela Federação Umbandista do Grande ABC, localizado na Estrada do Montanhão, 700, em Santo André.

O Santuário ocupa o espaço da antiga Pedreira Montanhão que foi desativada nos anos 1970, deixando os 645.000m² de terreno em estado de completa devastação, como é possível ver nas fotos da época.

8

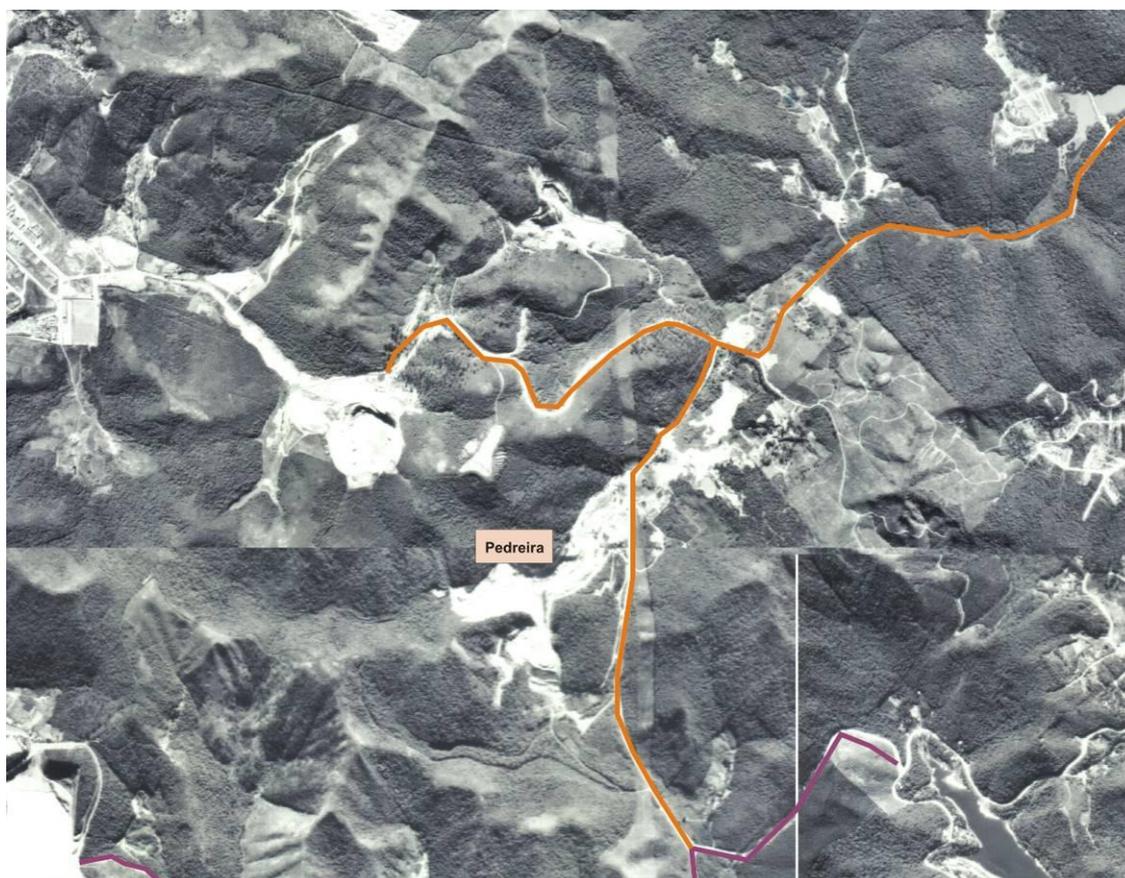


Foto aérea de 1972 mostrando a área da Pedreira, em pleno funcionamento. Observa-se a ausência de vegetação nativa e os cortes efetuados no terreno para a exploração da brita que foi utilizada para a construção da Rodovia Anchieta, aberta em 1947. Fonte: Arquivo de Fotografia Aérea do Depto de Geografia/USP.



Foto dos anos 1970. Área degradada pela atividade mineraria com retirada de cobertura vegetal nativa, cortes no terreno que provocaram a instabilização de encostas, exposição de solo, acúmulo de rejeito da lavra e alteração na drenagem local com formação de lagos na base da cava. Foto cedida pelo Santuário Nacional de Umbanda.

A Pedreira do Montanhão ocupou um vale onde se encontra uma das nascentes formadora do Córrego do Pedroso, chamado hoje de Vale dos Orixás. Mesmo antes da sua desativação, quando ainda existiam três explosões por dia, já havia a tradição das práticas culturais umbandistas no lugar. Tais práticas realizavam-se ali aos finais de semana, pelo menos uma vez por mês.

O Santuário nasceu junto com um grupo de estudos sobre a doutrina, no início da década de 1970. Este grupo foi o responsável pela criação do curso de formação sacerdotal umbandista que usa o lugar como campus de estudo. Foi neste mesmo contexto que nasceu a Federação Umbandista do Grande ABC.

A história da criação do Santuário liga-se com a formação de uma consciência crítica entre os praticantes da umbanda sobre a necessidade de controlar os impactos resultantes de tal atividade religiosa em ambientes naturais. Por tradição religiosa as oferendas a serem realizadas aos orixás devem ser feitas em um lugar considerado puro, ou seja, desabitado. Conforme relato de Pai Ronaldo, diretor do Santuário, no início da grande expansão da



religião, anos 1960 e 1970, os praticantes não tinham essa consciência em relação aos resíduos deixados pelas oferendas. O Santuário, ao oferecer um espaço organizado e próprio a atividade religiosa, contribuiu para a tomada de consciência e disseminação destas preocupações conservacionistas dentro da religião.

A história do Santuário representa a trajetória da recuperação ambiental de uma antiga cava de mineração abandonada pelos seus proprietários e, também, a história da transformação de uma paisagem degradada em um cartão postal que atrai visitantes do Brasil e do exterior, inclusive religiosos católicos num esforço e diálogo inter-religioso. O Santuário é também local de pesquisas antropológicas realizadas há diversos anos pelo professor da USP, autor de extensa bibliografia e especialista nas religiões afro-brasileiras, o sociólogo Reginaldo Prandi.

Sobre a recuperação ambiental do lugar, as fotografias da época de inauguração do espaço, ainda sem as transformações que ocorreram a posteriori, nos mostram a paisagem deixada pela atividade minerária. Na inauguração cerca de 15 mil pessoas compareceram ao local, conforme se vê na foto a seguir.

A fotografia mostra de forma inequívoca a paisagem degradada encontrada à época da fundação do Santuário Nacional de Umbanda. Durante 39 anos essa área utilizada pelo Santuário recebeu esforços pela sua recuperação, com o plantio de mais de 60 mil espécies nativas⁴, limpeza das águas do lago formado pela pedreira, atividade incessante até o presente momento. A cada grupo de alunos formados no curso de umbanda é dada a tarefa do replantio de espécies, que são criadas num viveiro no próprio local.

Além de recuperar ambientalmente a área degradada pela pedreira, a instalação do Santuário, que se deu com apoio da Prefeitura Municipal de Santo André, acabou garantindo que estes trechos do Parque do Pedroso não fossem urbanizados, uma vez que nestes anos 1970 a área já havia sido ocupada por alguns barracos que foram removidos em função do Santuário. Não fosse essa presença histórica e atuação constante do Santuário, teríamos hoje um quadro que se repete na Favela Pintassilva, no interior do Parque do Pedroso.

⁴ Segundo informações do diretor do Santuário.



Foto da inauguração do Santuário- Local que hoje é o Vale dos Orixás, 1972. Observa-se que a área ainda encontrava-se sem vegetação e com aspecto degradado, com os vários lagos resultantes da atividade de exploração minerária. Paisagem que depois será totalmente recuperada por iniciativa da Federação Umbandista do Grande ABC. Observar os taludes de rocha expostos que serão posteriormente recoberto por vegetação. (Fonte: Santuário Nacional de Umbanda)

Cabe destacar que este esforço de recuperação e proteção da área foi reconhecido pelo decreto municipal nº 11.176, de 03 de outubro de 1985, que concedeu direito de uso da área para a Federação Umbandista do Grande ABC, com a finalidade da guarda e reflorestamento. Neste sentido a legislação municipal reconheceu e institucionalizou a presença e o importante papel do Santuário na proteção ambiental. Ao recuperar ambientalmente a área o Santuário poupou recursos públicos que deveriam ser gastos tanto nesta tarefa.



Mesmo vale da foto de 1972, agora recuperado pelos esforços do Santuário Nacional. Notar que o paredão de rocha que estava aflorante, quando da abertura do Santuário, encontra-se agora recoberto por vegetação nativa.

Fonte: Santuário.



Comparar o lago na foto de 1972 e a foto de 2011. É impossível não dar créditos ao trabalho executado pelo Santuário pela recuperação ambiental, feita sem onerar ou envolver recursos da prefeitura.

Desta forma temos que o fechamento de parte da Estrada do Montanhão irá restringir o acesso dos praticantes da religião umbanda ao Santuário. Essa restrição à prática religiosa contraria o art. 5º, inciso VI, da Constituição Brasileira que diz: “[...] é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a **proteção aos locais de culto e as suas liturgias**”.

A importância desta prática cultural ligada às religiões afro-brasileiras é tal que os órgãos de preservação do patrimônio cultural têm atuado no sentido de promover a sua garantia. Exemplo disso é que, em uma decisão considerada histórica no ano de 1990, o Condephaat tombou um destes locais de culto, o Terreiro Aché Ilê Obá, fundado pelo Centro de Congregação Espírita Pai Jerônimo em um terreno no bairro do Jabaquara na década de 1970. O terreiro é o local para a prática da Umbanda e do Candomblé, consideradas como formadoras da identidade, memória e ação de grupos sociais.

O tombamento deste bem tem como fundamento o reconhecimento de que a sociedade brasileira é culturalmente plural e da necessidade de proteger, diante dos processos de uniformização em curso, as práticas culturais diversas, uma vez que estas compõem o que chamamos identidade e memória nacional. Neste sentido também tem atuado as políticas públicas de patrimônio cultural em âmbito nacional, dando guarida e proteção a estes bens. Cabe destacar que o Iphan, órgão federal, tombou em 1982 importante testemunho da cultura afro-brasileira e da presença do negro na construção identitária nacional: o Terreiro da Casa Branca, em Salvador. Atualmente são cinco terreiros tombados pelo Iphan: Casa Branca, Gantois, Bate-Folha, Axé Opô Afonjá e o Ilê Maroíá Láji.

Reginaldo Prandi, especialista no estudo das religiões afro-brasileiras, nos lembra do interesse de pesquisadores estrangeiros no estudo destes cultos, destacando autores como Roger Bastide e Pierre Verger que ajudaram a fundar um campo científico voltado a esta temática dentro da sociologia brasileira. Destaca, também a situação de fragilização destas religiões resultado da competição com outras crenças e do preconceito. Segundo o especialista, **“nem o candomblé, nem a umbanda têm quem fale por eles, muito menos quem os defenda.”**(PRANDI, 2007, p.20). Estas religiões não contam com técnicas modernas de marketing, nem com canais de TV e rádio e estão fragmentadas em diversos terreiros, além de carregar o peso do preconceito racial que se transfere do negro para a cultura negra. Para o autor, “Silenciosamente, assistimos hoje a um verdadeiro massacre das religiões afro-brasileiras”.

Conforme este autor cabe destacar a fragmentação dos terreiros e a ausência de uma organização central que una os praticantes destas religiões como fatores que fragilizam as religiões afro-brasileiras. Este fato ressalta ainda mais a importância do Santuário Nacional de Umbanda como um lugar que congrega os vários grupos praticantes, tendo o papel essencial de garantir a reprodução e continuidade destas práticas culturais.

O Santuário, além de representar o lugar da prática religiosa e culto, promoveu a recuperação ambiental do lugar e tem garantido durante cerca de 40 anos a proteção a área, evitando a sua degradação. No Santuário os praticantes da religião umbandista podem realizar seus trabalhos e oferendas, seguindo uma série de normas, sem perder o fundamento da religião. Na umbanda a relação com a natureza é um princípio fundamental, daí os trabalhos, em geral, serem realizados em locais onde a natureza caracterizada pela mata, águas (riachos e cachoeiras) e pedras ainda é presente em sua forma mais primitiva. Assim sendo, No Santuário os praticantes encontram um local em que há espaços apropriados para isso e que são normatizados, limpos e controlados, restringindo-se a prática na mata virgem.

No Santuário **são proibidos os sacrifícios de animais**, há **espaços específicos para o acendimento de velas** de modo a não comprometer a área com a possibilidade de incêndios, **as águas são tratadas e não poluídas** havendo controle sobre o acesso as nascentes de modo que não sejam contaminadas.



Na placa, foto à esquerda: proibido sacrifício de animais. À direita: velário impede ocorrência de incêndios.



Viveiro de mudas para repovoamento da área. Fonte: Santuário.

O Santuário presta um serviço de educação ambiental a partir da conscientização de seus adeptos do respeito à natureza, reforçando o princípio da própria religião. Os resíduos originados pelas oferendas são reciclados contribuindo na renda de moradores mais carentes, assim como as louças são higienizadas e doadas a instituições de caridade como o Asilo Vila Luzita (Santo André) e a Igreja São João Batista, no largo do Rudge Ramos, mostrando mais uma vez a integração e o diálogo inter-religioso.

Além disso, por haver uma presença constante no local (terça a domingo aberto aos praticantes; segunda-feira fechado para limpeza), sendo uma referência nacional e internacional da religião, seus administradores ajudam na vigilância da localidade e já chegaram a **impedir a ocupação no alto do parque do Pedroso**, no final da década de 1990, avisando as autoridades locais da ocupação irregular.



Organização do local: estacionamento, banheiros e coleta de lixo.

Em função dessa presença cotidiana na área, trabalhadores do Santuário já encontraram animais silvestres mortos na cerca instalada para demarcação do Parque do Pedroso. A cerca foi instalada recentemente e não chega a impedir a entrada de pessoas no local, já que em trabalho de campo pudemos atravessá-la. No entanto, tem ocasionado mortes em função da circulação local de animais.



Cachorro do mato encontrado morto em função da cerca de divisa do Parque e retirado pelos funcionários.
Foto: Santuário Nacional de Umbanda.



Todo esse trabalho de educação ambiental é garantido pela taxa de manutenção arrecadada, prevista na Lei Municipal que concede o direito real de uso, Lei n. 9.114 de 19 de dezembro de 2008. Por essa Lei a Federação Umbandista do grande ABC tem concessão de direito de uso durante 20 anos, ou seja, até 2028.

2. DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS DECORRENTES DO FECHAMENTO DA ESTRADA DO MONTANHÃO

A estrada do Montanhão, como já salientado acima, remonta ao final do século XIX sendo, portanto, **representativa de um passado comum entre os atuais municípios de Santo André e São Bernardo**. A história de formação territorial e socioeconômica de Santo André e São Bernardo está profundamente integrada, e diz respeito e à própria estruturação da Grande São Paulo, conforme salientou, entre outros Langenbuch (1971).

Esta integração se dá não apenas por caminhos antigos e/ou vias de circulação modernas, pela integração econômica decorrente da atividade industrial, do setor de comércio e serviços, como pela mobilidade da população, já antiga à exemplo da transferência de famílias italianas do núcleo colonial de São Bernardo para as proximidades da então Estação São Bernardo da São Paulo Railway (atual Santo André), já nas primeiras décadas do século XX, em busca do emprego industrial que se anunciava. Atualmente, esta mobilidade diária é muito intensa, com os deslocamentos relacionados ao emprego e também aos serviços, como por exemplo, de saúde. O município de Santo André é considerado uma centralidade no serviço de saúde pública, por concentrar a Fundação Faculdade de Medicina ABC e o Hospital Regional Mario Covas, com atendimento em cirurgias em várias especialidades.

Mas, para além de sua importância histórica, o fechamento da referida estrada deverá impactar negativamente os moradores dos bairros Baraldi, Parque Seleta, Jd. Silvina, em São Bernardo e Jardim Riviera, Parque Miami e, em menor escala, Recreio da Borda do Campo em Santo André.

O primeiro impacto diz respeito à mobilidade do conjunto dos moradores destes bairros de Santo André a São Bernardo e vice-versa. Evidentemente que este acesso pode se dar por outras vias, mas o trajeto será mais longo e dispendioso, com tendência a intensificar as outras vias de ligação entre os municípios, no caso, por exemplo, a estrada do Pedroso e Avenida São Bernardo em Santo André e avenida Jurubatuba, avenida Tiradentes, Avenida dos Vianas e Pereira Barreto em São Bernardo. Isto no caso deste trajeto ser feito de carro e levando-se em conta vias principais.

De ônibus, a situação será ainda pior. Atualmente os moradores do Baraldi (SBC), Jardim Riviera e mesmo do Parque Miami (Santo André) podem pegar a linha que circula

entre o Baraldi e o Paço Municipal de São Bernardo (linha 26 SBCTrans) e chegar com maior facilidade ao centro de São Bernardo. Com o fechamento da estrada e, portanto, a impossibilidade de circulação desta linha, para chegar ao mesmo local, estes moradores terão que pegar um ônibus até o terminal de Vila Luzita, daí outro até o centro de Santo André e outro até o Paço Municipal de São Bernardo.

O segundo impacto é mais significativo, diz respeito ao isolamento dos moradores do Bairro Baraldi e das decorrentes dificuldades de acesso aos serviços públicos. O Bairro Baraldi (também conhecido como Represa Baraldi), do ponto de vista político administrativo, situa-se em território do município de São Bernardo e, portanto, seus moradores devem utilizar as unidades de serviços públicos disponíveis neste município. Não há no Bairro Baraldi, escolas ou unidades de saúde públicas.

Assim, o fechamento da estrada os deixará isolados de serviços públicos básicos, como escolas e unidades de saúde, direitos sociais garantidos constitucionalmente. Importante ressaltar que a faixa de renda predominante nos domicílios deste bairro é de zero a três salários mínimos, como pode ser verificado no mapa da página 22, o que aponta para necessidade de acesso aos serviços públicos e gratuitos. No caso em tela, a possibilidade de chegar até eles, é a condição primeira deste acesso, já que estes serviços não são encontrados no Bairro Baraldi.

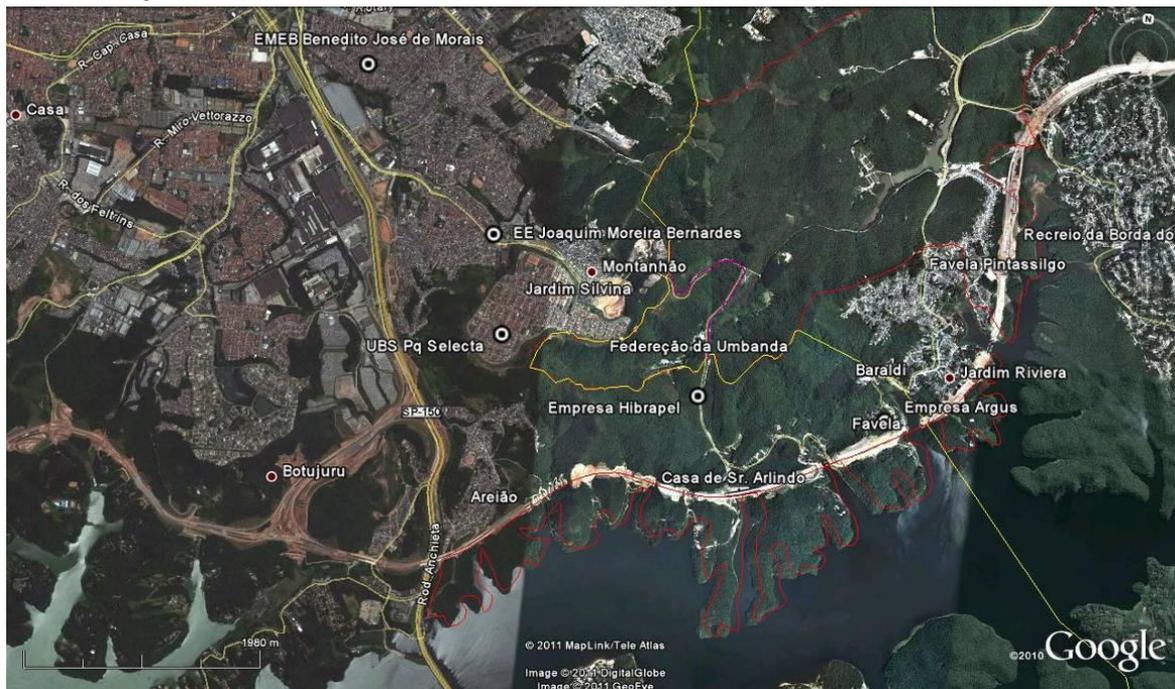


Imagem Google mostrando a localização dos bairros, da estrada e do Parque do Pedroso.

Atualmente, as crianças e jovens do Baraldi são conduzidos por ônibus escolar municipal às escolas municipais e estaduais situadas no Parque Seleta e Jardim Silvina, como por exemplo, a EMEB Benedito José de Moraes, a EE Joaquim Moreira Bernardes,



ambas no Jardim Silvina. A primeira atende 42 crianças do ensino Fundamental I, na faixa etária de 7 a 10 anos. A segunda atende 22 adolescentes e jovens do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Os serviços básicos de saúde são efetivados na UBS (Unidade Básica de Saúde) Dr. Hugo Heitgen, situada no Parque Seleta. Segundo Elaine Aparecida Freitas Souza, coordenadora desta UBS, a mesma está fazendo o cadastramento dos moradores do Baraldi que são atendidos pela UBS e que sua estimativa é de mais de 300. Para chegar a estas unidades, a população do Baraldi percorre aproximadamente 7 km e utiliza-se apenas de uma condução. Assim, nas condições atuais, qualquer outro trajeto para chegar a estes serviços recairá em altos custos sociais e financeiros a uma população que já vive em condições precárias e possui rendimentos baixos.

Outro impacto social, diz respeito à possibilidade de permanência nos empregos existentes no Bairro Baraldi e no Santuário. O fechamento de pequeno trecho da estrada inviabilizará a permanência no emprego de trabalhadores das indústrias Argus Manutenção Indústria, Calderaria e Serralheria, e Hibrapel Indústria Brasileira de Artefatos de Papel (situadas no Baraldi) e que são moradores do Jardim Silvina, Parque Seleta, ou de outros bairros de São Bernardo que se utilizam da estrada para chegarem ao local de trabalho.

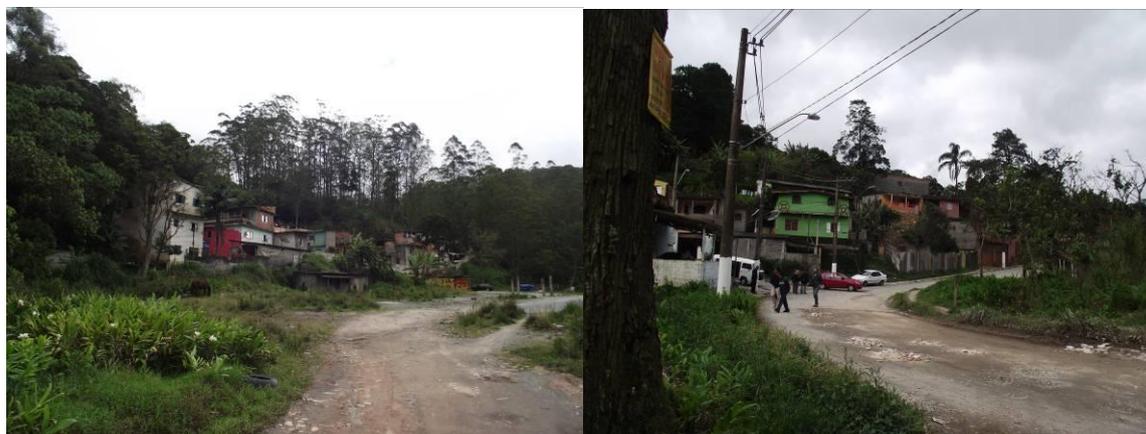
Segundo Solange Silva de Souza, secretária na empresa Hibrapel, a empresa possui 30 funcionários, sendo a maior parte proveniente dos bairros Jardim Silvina e Parque Seleta e, em segundo plano do Bairro Baraldi. Afirmou que a empresa usa a estrada para circulação de seus produtos tanto em direção a Santo André, como em direção a São Bernardo e que os fornecedores da empresa também utilizam-se da estrada nos dois sentidos. Questionada sobre o impacto do fechamento da estrada para os moradores do Jardim Silvina e do Parque Seleta, disse: “eles não terão mais como trabalhar aqui”.

Aqueles que trabalham no Santuário Nacional de Umbanda também terão dificuldade de acesso aos seus empregos. Conforme o Sr. Ronaldo Linares, gestor do Santuário, em entrevista, o Santuário possui 28 funcionários, uma parte era moradora do Baraldi, mas devido às desapropriações causadas pelo Rodoanel, mudaram-se para o Jardim Silvina e, com o fechamento da Estrada, eles não teriam mais condições de trabalhar no Santuário. Neste sentido, o fechamento de pequeno trecho da estrada significaria a perda de emprego para aqueles que moram no Seleta, no Silvina e que acessam a estrada para trabalharem no Santuário e nas empresas Argus e Hibrapel, **gerando desemprego, entre uma população que já possui baixos rendimentos familiares.**

Este é o caso de Márcio, trabalhador do Santuário entrevistado para a pesquisa. Ele tem 3 filhos e trabalha já há 10 anos no local. Mora no bairro de Ferrazópolis e disse temer pelo seu emprego caso não possa chegar ao Santuário em seu percurso cotidiano de ônibus municipal. O fechamento da estrada do Montanhão, além de dificultar a acessibilidade dos empregados ao santuário pode privá-los do atual emprego já que a possível dificuldade em

acessar ao Santuário inviabilizaria sua manutenção e levaria ao seu fechamento e, com isso, a perda desses empregos **ampliando o número de desempregados na região** e as dificuldades já vividas por essa população.

É importante ressaltar que os bairros Baraldi, Jardim Riviera e Parque Miami estão, territorialmente em municípios diferentes, São Bernardo do Campo e Santo André respectivamente, mas estão conurbados e, tanto do ponto de vista de sua morfologia atual, quanto de sua história pregressa têm muito em comum. Resultam de loteamentos abertos antes da Lei de Proteção aos Mananciais, mas que passaram por processo de regularização (no caso do Riviera e Miami) e parte do Baraldi . Abrigam uma população trabalhadora que encontrou ali as possibilidades de comprar ou ocupar um terreno e construir suas casas, porque os valores eram baixos, uma vez que estavam distantes dos núcleos mais urbanizados e com infraestrutura. Trata-se em geral, de casas simples, sem acabamento completo, típicas da paisagem periférica.

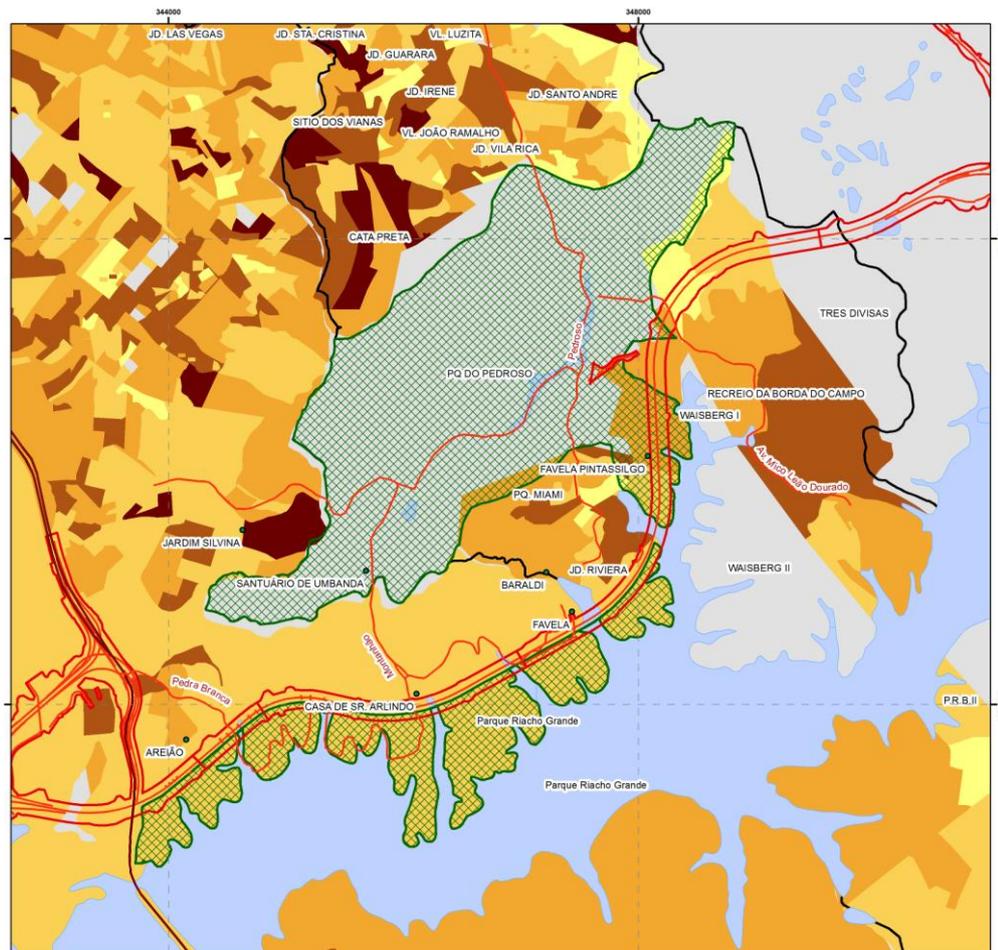


À esquerda: Baraldi, vizinho da foto ao lado. À direita: Jardim Riviera, Santo André.

O casal Arlindo e Rosa, moradores do Baraldi, disseram viver ali há quase cinquenta anos, outros afirmaram estar há 40, 24, 20 anos. Medici (1991) relata que o Parque Miami começou a ser ocupado em 1960, mas intensificou-se na década de 1980.

Observa-se nos mapas de número de pessoas residentes e de domicílios nos setores censitários localizados próximos ao Parque do Pedroso que, os maiores índices, tanto de domicílios, como de população, estão situados ao norte/ noroeste do Pedroso, envolvendo os Bairros Cata Preta, Vila Rica, Vila João Ramalho, entre outros, e a sul/sudeste do parque, envolvendo Recreio da Borda do Campo, Parque Miami e Jardim Riviera, todos situados no município de Santo André e tendo como eixo principal de ligação a Estrada do Pedroso que passa por dentro do Parque. E de São Bernardo, a maior intensidade de ocupação está a oeste, junto ao Jardim Silvina, Parque Seleta, Vila São Pedro, Vila Esperança.

Número de Domicílios Permanentes nos Municípios de Santo André e São Bernardo: 2010



- Rodovia Anchieta
- Parques Propostos
- Faixa de Domínio - DERSA
- Corpos D'água

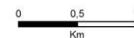
Número de Domicílios por Setor Censitário - 2010

- De 5 até 100
- De 101 até 200
- De 201 até 300
- De 301 até 400
- Mais de 401



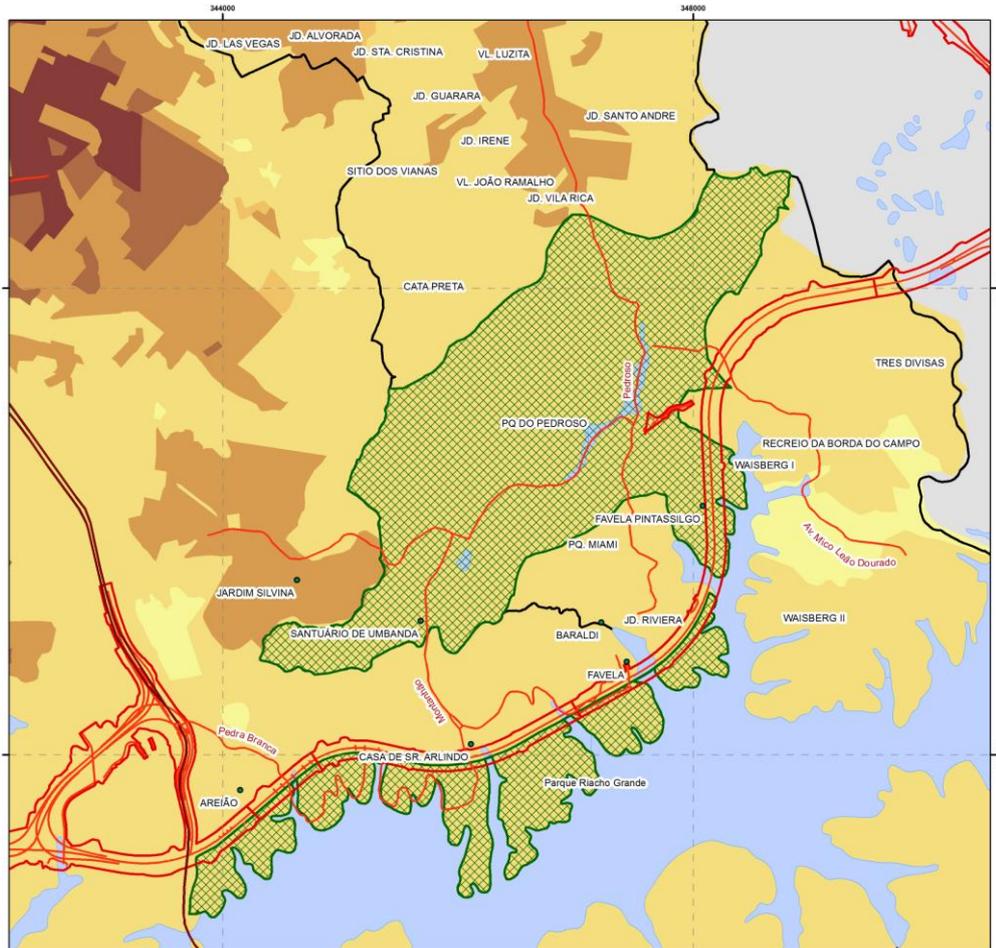
Localização da Área de Estudo

Fonte: IBGE (CENSO DEMOGRÁFICO).
 Equipe de Socioeconomia
 Elaboração dos Planos de Manejo
 Parques Urbanos - Rodoanel Trecho Sul
 Setembro de 2011



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SAD 1969

Rendimento dos Responsáveis por Domicílios nos Municípios de Santo André e São Bernardo: 2000



Localização da Área de Estudo

Fonte: IBGE (CENSO DEMOGRÁFICO).

Equipe de Socioeconomia
 Elaboração dos Planos de Manejo
 Parques Urbanos - Rodoanel Trecho Sul
 Setembro de 2011



0 0,5 1
 Km

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal SAD 1969

A morfologia, as características de rendimentos predominantes, a bibliografia disponível, as entrevistas realizadas que mostram trajetórias comum de vida, bem como o mapa de expansão urbana de São Paulo, indicam que seu processo de ocupação está relacionado à uma população migrante, trabalhadora e de baixa renda .

No entanto, a história comum da área remonta ao século XIX, quando os Baraldi, descendentes dos colonos italianos começaram a se estabelecer na área e utilizá-la para o plantio e criação de animais para o próprio sustento, além de extraírem cascas das passariúvas para curtir o couro. No início do século XX foram para Ribeirão Pires, onde montaram uma serraria e, em 1927, passaram a utilizar intensamente a área para “extrair carvão, retirar lenhas e derrubar toras”, esta última já para a fabricação de móveis, substituindo-as por eucaliptos (Medici, 1981). Portanto, a área de mata densa e fechada envolvendo o Montanhão era local de plantio, extrativismo e passagem de população, carrinhos de mão e carroças já nas primeiras décadas do século XX.

Neste sentido, embora se trate de importante remanescente de vegetação florestada, não se trata de mata nativa primária, nem tampouco intocada, **nem há nenhum indicador realmente significativo de que este fechamento de 2km de estrada impedirá efetivamente maior ocupação do local, o que eleva ainda mais os custos sociais desta ação, sem a efetividade da proteção ambiental.**

3. DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DO FECHAMENTO DA ESTRADA DO MONTANHÃO.

O argumento de que o fechamento da estrada trará um impacto ambiental positivo impedindo a degradação do Parque do Pedroso, especialmente de suas matas e nascentes, deve ser visto, também, em outra perspectiva. Parece-nos que a esta interpretação descarta que o restante da estrada ficará aberta e que os possíveis “atos criminosos” contra o patrimônio natural do Parque podem inclusive **ser intensificados se levarmos em conta que o fechamento da estrada representará o ‘fim da cidade’ e, portanto, uma área distante, sem presença e circulação de pessoas, que pode facilitar ainda mais a existência de tais atos.**

Além disso, o fechamento da estrada do Montanhão, em seus trechos de 1,65 km, justificado como medida de proteção e de ganho ambiental para o Parque do Pedroso deve ser compreendido sob um olhar mais amplo, já que os processos naturais não respeitam barreiras territoriais definidas politicamente, nem legalmente. Assim sendo, devem ser considerados nesta avaliação os impactos ambientais extensivos a área de mananciais como um todo e não somente aqueles relativos à unidade de conservação, impactos estes decorrentes do fechamento de parte dessa estrada.

Podemos citar inicialmente os impactos que serão gerados a partir da necessidade de provisão de alternativa de transporte e circulação para os moradores dos bairros a serem afetados. Foram levantadas como possibilidades de garantia da circulação e ligação entre as diferentes partes de São Bernardo que serão isoladas:

- a) uso da estrada da Pedra Branca como rota alternativa;
- b) abertura de uma nova estrada na zona sul de São Bernardo para ligar o Baraldi e Jardim Silvina e Parque Seleta;
- c) transporte utilizando-se o trajeto pelo município de Santo André.

Consideramos que as 3 alternativas levantadas para a garantia de livre circulação dos moradores de São Bernardo **poderão trazer maiores impactos ambientais ao conjunto da área, em particular impactos relacionados à proteção dos mananciais que abastecem a região, a paisagem, a continuidade dos remanescentes de vegetação florestal, fragilizando ambientalmente áreas do ponto de vista físico mais vulneráveis.** Neste sentido, o fechamento de parte da estrada do Montanhão como medida considerada – em teoria - benéfica à proteção do Parque do Pedroso, **poderá causar diversos danos ambientais, ainda mais graves, no conjunto do ambiente da região.**

Em relação ao uso da Estrada da Pedra Branca destacam-se as seguintes considerações:

- a estrada corta área do Parque Riacho Grande, implantado como medida compensatória às obras do Rodoanel. Portanto nos parece incoerência fechar um pequeno trecho de estrada dentro de uma unidade de conservação, para desviar o fluxo de transporte para outra estrada situada dentro de outra unidade de conservação. **Os danos que pretensamente se quer evitar em uma unidade de conservação serão assim repassados a outra unidade de conservação, em situação ainda mais frágil.**

- a estrada da Pedra Branca foi percorre trechos na baixa encosta dos morros que circundam a Represa Billings. Neste sentido, seu traçado é sinuoso e realizado em pista de um só sentido. A estrada é estreita e tem em uma de suas margens vegetação florestal e, em outra, terreno em declive, muito próximo às águas da Represa. Vários cursos d'água cruzam a estrada em direção à Represa. Direcionar o fluxo de transporte atual da estrada do Montanhão para esta estrada nos parece imprudente, já que além de área mais vulnerável do ponto de vista ambiental, o trânsito não poderia ocorrer em dois sentidos, principalmente em se tratando de ônibus escolares.



Estrada da Pedra Branca: notar seus trechos estreitos, em mão única.



Estrada da Pedra Branca, no interior do Parque Riacho Grande.

- a estrada da Pedra Branca termina no bairro Areião. Este bairro foi formado a partir de ocupação irregular, pois se encontra em área de proteção aos mananciais, muito próximo a captação de água da Sabesp. É um dos bairros mais adensados da periferia de São Bernardo. Direcionar o fluxo cotidiano de transporte para esta estrada poderá induzir a expansão da ocupação do bairro, já que há terrenos sem vegetação na vizinhança dos limites do Parque Riacho Grande.

Em relação à abertura de nova estrada dentro do município de São Bernardo, cabe destacar que:

- trata-se de uma região formada por morros cobertos por mata, cortados por inúmeros cursos d'água que são abastecedores do braço da Represa onde a Sabesp capta água para o abastecimento público.
- abrir uma nova estrada nesta região representará danos ambientais mais graves do que se usar a atual Estrada do Montanhão, já que produzirá a fragmentação de um *continuum* de mata remanescente com seus conseqüentes efeitos de borda; colocará em risco a proteção dos mananciais de abastecimento já bastante fragilizados pela construção do Rodoanel Trecho Sul; criará obstáculos para a circulação da fauna; criará uma instabilidade na topografia local representada, em geral, por altas declividades.

A terceira alternativa levantada, de transferência do trânsito por Santo André, poderá induzir a ocupação dos bairros situados em áreas de mananciais, já bastante adensados como o Jardim Riviera ou Parque Miami. Conforme já foi dito e ilustrado com mapas e fotos, o Baraldi tem sua ocupação mais adensada na fronteira com Santo André. As dificuldades de uso dos serviços públicos de São Bernardo, caso a estrada seja fechada, poderá estimular muitos moradores a se transferir para o outro lado da fronteira, contribuindo para o crescimento populacional e edificado nestes bairros.

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES:

A partir dos argumentos e informações técnicas apresentadas anteriormente temos a concluir que:

- a) o fechamento da Estrada do Montanhão (em seus trechos no interior do Parque do Pedroso), trará impactos ambientais mais graves e mais amplos ao conjunto da área de proteção aos mananciais;
- b) trará impactos de outras ordens, quer do ponto de vista social e cultural, igualmente graves;
- c) tal ação será desigual e inócua, já que continuará em uso e trânsito outra estrada dentro do Parque, que apresenta situação semelhante (Estrada do Pedroso). Nesse sentido não se compreende porque deixar uma estrada aberta e fechar outra.

Assim sendo, entendemos que a melhor alternativa seria a de manutenção da estrada aberta, com a instalação das seguintes medidas de melhoria e proteção, como, aliás,



acontece em outras unidades de conservação também restritivas como o Parque Estadual da Serra do Mar, que é atravessado pelos trechos da Rodovia Anchieta e Imigrantes. Tais medidas seriam:

27

- controle do fluxo pesado, restringindo caminhões de transporte de mercadorias, uma vez que estes podem se utilizar das rotas alternativas por Santo André, sem prejuízos maiores;
- melhoria do piso da via, com uso do asfalto ecológico, que já está sendo utilizado em bairros da área de proteção aos mananciais;
- restrição de limite de velocidade e fiscalização com radar;
- vigilância e manutenção da estrada;
- sinalização por placas, como já é utilizada em outras unidades de conservação.

Era o que tínhamos a informar. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

São Paulo, 12 de setembro de 2011.

Simone Scifoni

Prof^a Dr^a Simone Scifoni
Depto de Geografia FFLCH/USP
Geógrafa, Crea n^o 0601572331.
Conselheira do Compahc, Condephaat e Crea/SP

Prof^a Dr^a Isabel Aparecida Pinto Alvarez
Depto de Geografia FFLCH/USP

Glória da Anunciação Alves
Depto de Geografia FFLCH/USP
Membro da Coordenação do Curso de Geografia FFLCH/USP



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Simone Siforini

P/ Francisco Capuano Scarlato
Prof. Dr. Depto de Geografia FFLCH/USP

28

Camila Salles de Faria

Camila Salles de Faria
Geógrafa, Crea nº 5062515623
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/FFLCH/USP

Referências Bibliográficas:

IGC – INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. Viagem pela cartografia do território paulista. São Paulo: IGC, 2010.

KLINK, Jeroen J. A cidade região. Regionalismo e reestruturação produtiva no Grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

LANGEMBUCH, Richard. J. A estruturação da grande São Paulo. Estudo de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: FIBGE, 1971.

MEDICI, Ademir. São Bernardo seus bairros, sua gente. São Bernardo do Campo: PMSB, 1981. Cadernos Históricos.

MEDICI, Ademir. Migração, urbanismo e cidadania. Santo André: PMSA, 1991.

PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras nas ciências sociais: uma conferência, uma bibliografia. Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais. BIB ANPOCS, São Paulo, nº 63, 1º semestre 2007, p.7-30.

TELES, Aurelindo. Famílias Ilustres e Tradicionais de São Bernardo do Campo. São Bernardo: Edições Memória Nacional, 1994.